XXI ENTAC – Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído
14 a 16 de outubro de 2026 | Goiânia-Brasil
DOI: https://doi.org/10.46421/entac.v21i1.8618

Aplicação da avaliação pós-ocupação (APO) à Casa de Dona Yayá: análise da acessibilidade e segurança contra incêndio

Application of post-occupancy evaluation (POE) to Casa de Dona Yayá: accessibility and fire safety analysis

Camila Joko
SIPPRO Engenharia | São Paulo | Brasil | camila.joko@sipproeng.com
Sivalnice Conceição dos Santos
IFBA | Barreiras |Bahia |Brasil
Universidade de São Paulo – FAU-USP | São Paulo | Brasil | sivalnice@usp.br
Larissa Lopes Marreiros
Universidade de São Paulo – FAU-USP | São Paulo | Brasil | larissamarreiros@usp.br
Bianca Gomes dos Santos
Sondotécnica Engenharia | São Paulo | Brasil | bianca10.arq@gmail.com
Rosaria Ono
Universidade de São Paulo – FAU-USP | São Paulo| Brasil | rosaria@usp.br
Sheila Walbe Ornstein
Universidade de São Paulo – FAU-USP | São Paulo | Brasil |sheilawo@usp.br

Resumo

Este artigo resultou da aplicação da Avaliação Pós-Ocupação (APO), que focou nas análises das condições de acessibilidade e a segurança contra incêndio no Centro de Preservação Cultural - Casa de Dona Yayá, bem tombado, localizado na cidade de São Paulo. Os métodos abrangeram avaliações com especialistas e usuários, registros fotográficos, checklists, vivências de acessibilidade, entrevistas e grupo focal. Os resultados apontaram falhas como, por exemplo, descontinuidade de percursos acessíveis e limitação do acesso de viatura do Corpo de Bombeiros. O estudo contribui com recomendações voltadas à manutenção e à adequação funcional do edifício.

Palavras-chave: APO. Acessibilidade. Segurança contra incêndio. Patrimônio.

Abstract

This article resulted from the application of Post-Occupancy Evaluation (POE), focusing on the analysis of accessibility and fire safety at the Cultural Preservation Center - Casa de Dona Yayá, a heritage site located in São Paulo city. The methods included assessments with specialists and users, photographic records, checklists, experiences regarding accessibility, interviews and focus group. The results pointed to shortcomings such as discontinuity of accessible routes and limited access for fire department vehicles. The study provides specific recommendations for the building's maintenance and functional adaptation.

Keywords: Post-occupancy evaluation. Accessibility. Fire safety. Heritage.

DOI: https://doi.org/10.46421/entac.v21i1.8618

INTRODUÇÃO

A Avaliação de Pós-Ocupação (APO) refere-se ao processo de examinar edifícios de maneira sistematizada após um período de uso, observando os ambientes do ponto de vista dos especialistas-avaliadores e dos usuários [1]. A APO busca compreender como pessoas e organizações se relacionam com os ambientes, as atividades cotidianas, as necessidades funcionais e os aspectos ligados à operação, manutenção e concepção arquitetônica. Seus resultados permitem identificar e corrigir problemas imediatos, melhorar o uso dos espaços, envolver os usuários no processo decisório e apoiar uma gestão mais proativa das instalações [2]. Ademais, sua aplicação sistêmica pode retroalimentar diretrizes de boas práticas arquitetônicas [3].

No patrimônio histórico e cultural, como a Casa de Dona Yayá, a APO reúne métodos e técnicas que contribuem para diagnosticar critérios de desempenho dos ambientes e formular recomendações para gestão, manutenção, preservação e adequação funcional do edifício tombado [4]. Em geral, avaliam-se critérios como estabilidade e estanqueidade dos sistemas construtivos, segurança patrimonial, confortos acústico, térmico e lumínico, acessibilidade e proteção contra incêndio, entre outros aspectos relevantes.

Este estudo foi desenvolvido na disciplina de Pós-Graduação “Avaliação Pós-Ocupação (APO) no ambiente construído”, no segundo semestre de 2025. A escolha dos temas decorre de sua relevância para edifícios reconhecidos como patrimônio histórico e cultural e das limitações para incorporar padrões de desempenho nessas edificações, sobretudo quando passam a abrigar usos diversos dos originalmente previstos.

A acessibilidade, embora fundamental, especialmente no patrimônio cultural público, onde se deve garantir acesso a todos, livre de barreiras [5], ainda enfrenta desafios, pois a preservação da integridade física da edificação pode restringir intervenções estruturais para evitar a descaracterização do patrimônio arquitetônico. Segundo Cohen et al. [6], a acessibilidade exige soluções compatíveis com a identidade histórica do bem. Esse debate também se relaciona à ABNT NBR 9050:2020 [6], ao Estatuto da Pessoa com Deficiência [7] e, no município de São Paulo, à Lei nº 15.576/2012 [8], que reforça a acessibilidade como requisito para a qualificação dos espaços culturais.

A segurança contra incêndio (SCI), por sua vez, é central em edificações patrimoniais, pois, além de proteger a vida dos usuários, resguarda o acervo e os elementos construtivos, evitando perdas irreversíveis em situações de incêndio. Casos recentes evidenciam a vulnerabilidade dessas edificações, como os incêndios no Museu da Língua Portuguesa e na Cinemateca Brasileira, em São Paulo, em 2015 e 2016, respectivamente, e no Museu Nacional da UFRJ, em 2018, no Rio de Janeiro [9]. Esses episódios mostram que, em patrimônio tombado, acessibilidade e SCI não podem ser tratadas de forma dissociada, sobretudo em equipamentos culturais de uso coletivo. As adaptações devem respeitar condicionantes formais, construtivas e simbólicas do bem protegido, o que frequentemente limita a adoção de soluções convencionais.

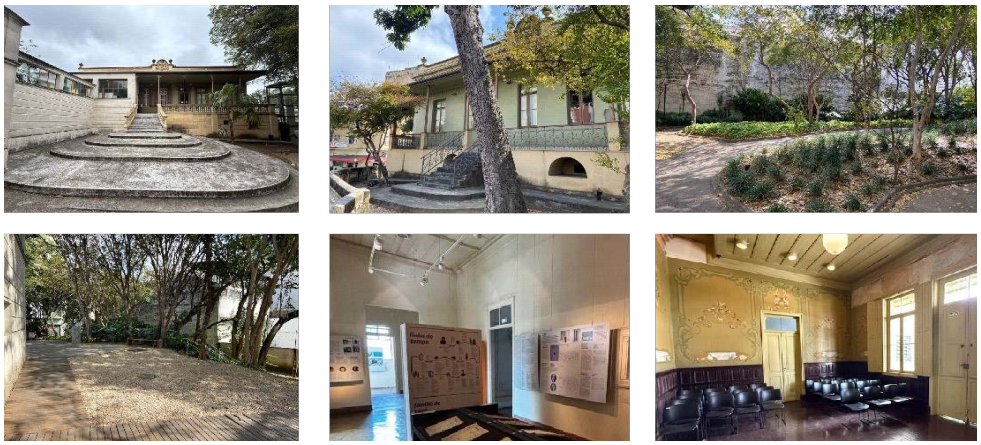
Assim, a APO surge como um conjunto de métodos e técnicas para analisar o desempenho das soluções de acessibilidade e SCI implementadas na Casa de Dona

Yayá, verificando se o espaço permite o acesso autônomo de pessoas com deficiência, bem como a segurança da edificação, dos usuários, dos acervos e do entorno.

CASA DE DONA YAYÁ COMO OBJETO DE ESTUDO

O presente trabalho apresenta como estudo de caso o edifício denominado Casa de Dona Yayá (Figura 1), administrado pela Universidade de São Paulo.

Figura 1: Casa de Dona Yayá. Fachada frontal (à esquerda acima); fachada posterior (central acima); área externa do complexo (à direita acima e à esquerda abaixo); área de exposição (central abaixo) e sala de palestras (à direita abaixo)

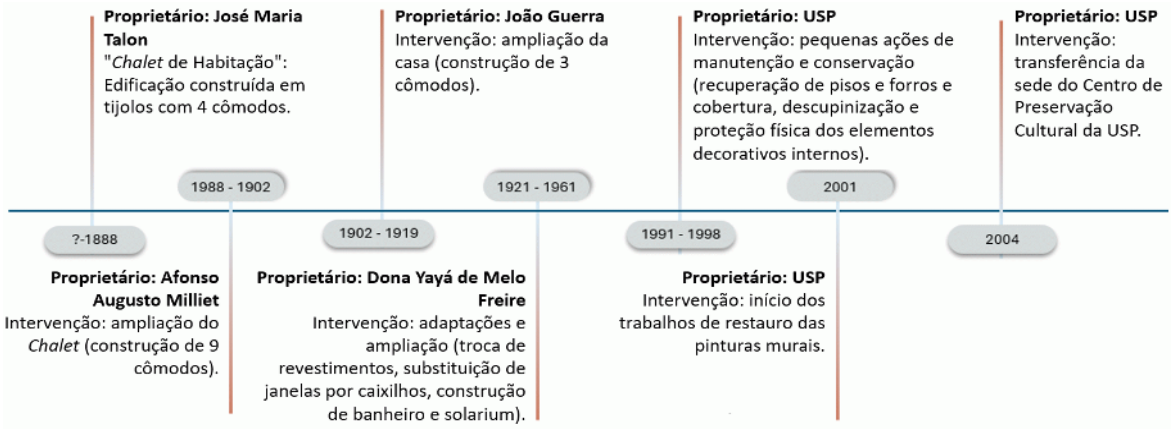


Fonte: as autoras.

Localizada na Rua Major Diogo, nº 353, no bairro do Bixiga, em São Paulo, a Casa de Dona Yayá é uma edificação do século XIX (térreo e piso inferior semi-enterrado), construída em uma das chácaras que integravam o núcleo urbano originário da cidade. Em estilo eclético, possui relevância histórica, cultural e urbanística.

Construída por volta de 1870 [10], a Casa de Dona Yayá foi denominada em escritura como “Chalet de Habitação”. Ao longo do tempo, passou por reformas, ampliações e adaptações em sua estrutura física para atender às necessidades dos proprietários anteriores e de novos usos, conforme apresentado nas Figuras 2 e 3 [11].

Figura 2: Linha do tempo sobre as alterações realizadas na Casa de Dona Yayá



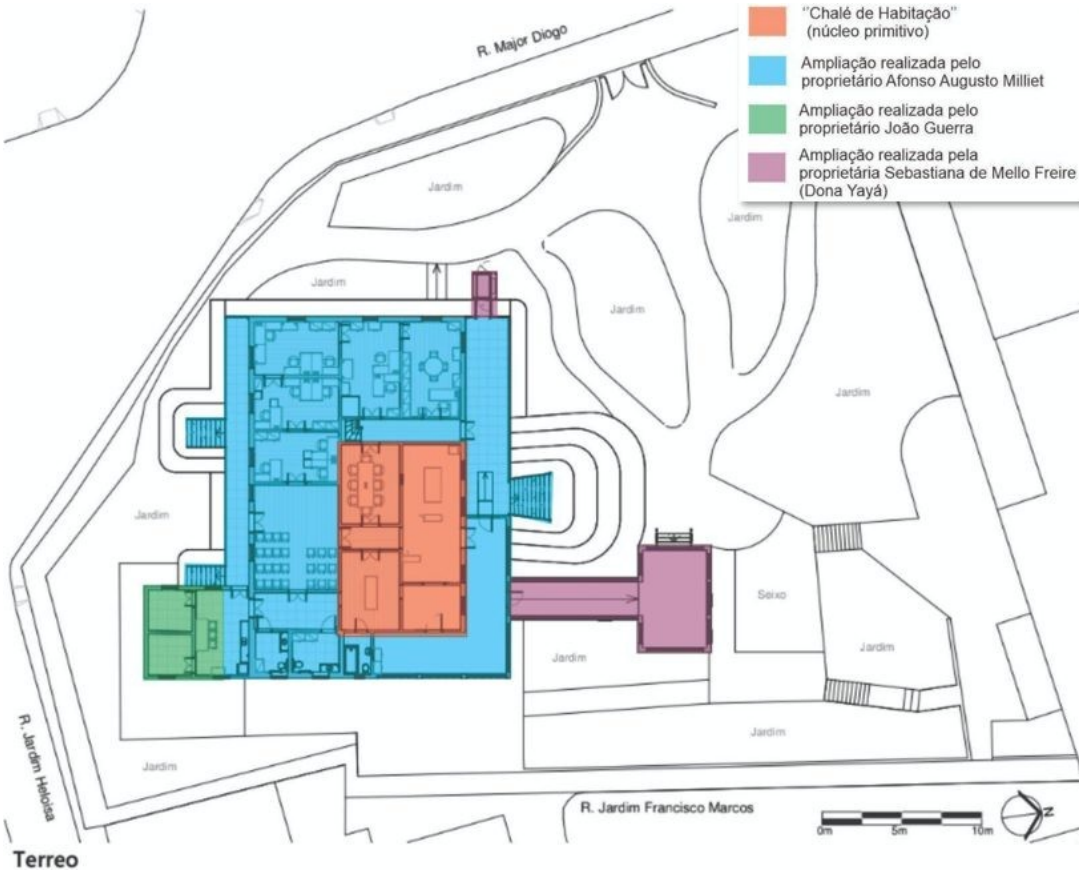
Fonte: adaptado de Cadernos CPC [11].

Quanto ao sistema construtivo, a casa foi construída em tijolos de barro sem cintamento e praticamente toda sua estrutura se apresenta apoiada sobre o terreno,

sem fundações. Os alpendres que protegem as fachadas frontal e posterior da casa são sustentados por “abobadilhas”, e o piso dos demais ambientes da casa é de tábuas corridas assentadas sobre barrotes [12].

A Figura 3 apresenta as ampliações realizadas na Casa de Dona Yayá ao longo do tempo. O núcleo primitivo (Chalé de Habitação) está marcado em vermelho; a expansão realizada por Afonso Millet, iniciada em 1988, aparece em azul; a feita por João Guerra, iniciada em 1902, em verde; e a área roxa indica a ampliação realizada pela última proprietária, Sebastiana de Melo Freire (Dona Yayá), iniciada em 1921.

Figura 3: Ampliações realizadas na Casa de Dona Yayá (piso térreo)



Fonte: adaptado de Cadernos [11].

Dona Yayá foi a única herdeira de uma fortuna pertencente a uma das famílias da elite paulistana e recebeu uma educação privilegiada. Por volta dos 30 anos, apresentou transtornos mentais, foi isolada e internada, posteriormente transferida para essa casa, onde permaneceu até o seu falecimento em 1961. Após sua morte, a casa ficou fechada por um longo período e, desde 2004, abriga o Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC) [12]. Entre 1989 e 1991, foram realizados estudos e pesquisas históricas sobre a edificação para subsidiar as ações de conservação e restauro da Casa de Dona Yayá. Posteriormente, as ações foram realizadas, como a recuperação da cobertura e o restauro das pinturas murais [12].

O processo de tombamento da Casa de Dona Yayá foi iniciado em 22 de janeiro de 1982, no âmbito estadual, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), e findado em

2 de abril de 1998 [12]. Em 2002, foi finalizado o processo de tombamento pelo Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) do município de São Paulo.

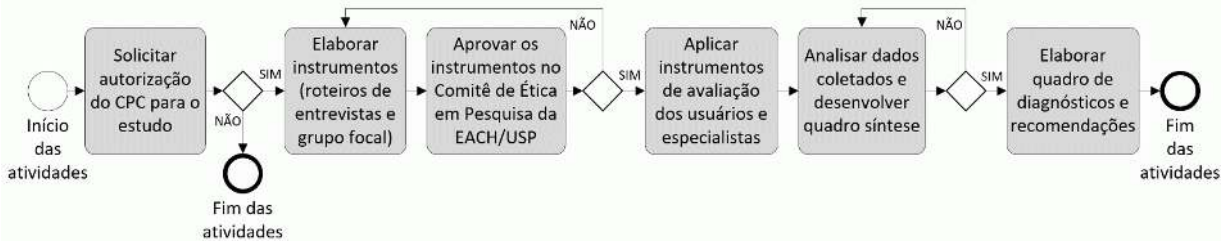
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o recorte deste artigo, o método concentra-se na avaliação do desempenho físico do edifício, com ênfase nas condições de acessibilidade e de segurança contra incêndio. A análise foi conduzida por meio da aplicação de instrumentos de avaliação dos especialistas, como as inspeções sistemáticas in loco (walkthrough), a partir da qual o avaliador percorre os ambientes observando as condições de uso, desempenho e conservação dos espaços, a partir da observação direta, registros fotográficos e anotações em campo, com apoio de roteiros e checklists previamente elaborados. Além disso, foi utilizado o levantamento espacial com uso do instrumento Matterport, que gera um modelo de visualização imersiva do espaço e permite a realização de medições virtuais, extração de informações espaciais e melhor compreensão da volumetria e organização do ambiente, facilitando a análise técnica do espaço construído. Foram aplicados checklists específicos para a caracterização das condições de acessibilidade e de segurança contra incêndio. No campo da acessibilidade, a avaliação foi complementada por simulações de uso com kit de simulação de envelhecimento, cujo objetivo era identificar dificuldades de deslocamento e limitações associadas à redução da mobilidade e do esforço físico.

Em paralelo, foram aplicados instrumentos de avaliação dos usuários, por meio de entrevistas individuais com usuários-chave e grupo focal com estagiários. Essa fase foi realizada após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da em Pesquisa da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP), parecer nº 7.829.692, CAAE nº 90886625.4.0000.5390, aprovado em 09 de setembro de 2025.

Os dados obtidos foram sistematizados em quadros-síntese, mapas de diagnóstico e de recomendações, permitindo identificar inadequações, potencialidades e aspectos críticos dos ambientes analisados. A Figura 4 apresenta o fluxo metodológico adotado neste recorte e o Quadro 1 apresenta a descrição dos instrumentos aplicados.

Figura 4: Fluxo metodológico



Fonte: as autoras.

Quadro 1: Instrumentos aplicados na avaliação pós-ocupacional

Instrumento	Agente Avaliador	Recursos utilizados	Participantes	Data de aplicação	Duração média
Entrevista individual	Usuários	Roteiro para entrevista semi-estruturado e gravador.	4 colaboradores	13/10/25 à 23/10/25	1 hora por entrevista
Grupo focal	Usuários	Roteiro para grupo focal semi-estruturado e gravador.	3 estagiários	13/10/25	1 hora
Levantamento das condições existentes (walkthrough)	Especialistas	Celular com câmera fotográfica, aplicativo Matterport, plantas impressas, canetas e trenas.	4 pessoas	16/10/25 e 19/10/25	8 horas
Checklist de verificação	Especialistas	Celular com câmera fotográfica, checklist com itens a serem verificados, plantas impressas, canetas e trenas.	4 pessoas	23/10/25	6 horas
Simulação com kit de envelhecimento	Especialistas	Cadeira de rodas, óculos para redução do campo de visão, bengala, protetor para restrição dorsal e pads para restrição dos cotovelos e joelhos.	4 pessoas	16/10/25	2 horas

Fonte: as autoras.

RESULTADOS

A integração dos instrumentos aplicados aos usuários (entrevistas e grupo focal), em conjunto com a análise conduzida por especialistas (levantamento das condições existentes, checklist de verificação e simulação com kit de envelhecimento), permitiu estabelecer relações entre o desempenho físico dos ambientes e a experiência cotidiana de seus usuários. Os diagnósticos foram direcionados conforme o recorte mencionado nos procedimentos metodológicos: acessibilidade e segurança contra incêndio.

ACESSIBILIDADE

Foram realizadas análises considerando a acessibilidade do complexo em conformidade com alguns critérios da ABNT NBR 9050:2020 [7]. Os critérios de acessibilidade física, motora, comunicacional e sensorial abrangem o acesso, a circulação e o uso dos ambientes por pessoas com mobilidade reduzida, pessoas com deficiência (PCD) e idosos. Os levantamentos e as vivências possibilitaram validar as medidas e observações técnicas, evidenciando, de forma prática, as limitações enfrentadas por pessoas com deficiência motora ou visual no acesso a ambientes e a sanitários. Três vivências foram realizadas (Figura 5): (i) utilização de kit de simulação de envelhecimento para a redução da mobilidade articular, rigidez postural e perda de

equilíbrio; (ii) utilização de óculos para diminuição do campo de visão, principalmente a periférica, e bengala convencional e direcional; e (iii) utilização de cadeiras de rodas.

Figura 5: Vivência i (à esquerda); vivência ii (ao centro) e vivência iii (à direita)



Fonte: os autores.

Considerando o diagnóstico obtido, observa-se a necessidade de revisão das rotas acessíveis do piso subsolo (semi-enterrado / porão), de modo a garantir percursos contínuos, sem barreiras e com dimensões adequadas à circulação de todos os usuários. Recomenda-se a adequação da largura mínima dos caminhos, a criação de áreas de manobra, o alargamento de trechos críticos e a implantação de elementos de segurança, como guias de balizamento e piso tátil. Da mesma forma, a adoção de corrimãos duplos, guarda-corpos e sinalização contrastante e fotoluminescente nos degraus contribui para a melhoria das condições de uso, especialmente em situações de baixa visibilidade. Complementarmente, a implementação de um sistema de sinalização acessível, com relevo, pictogramas e braile, amplia a autonomia dos usuários.

A partir das vivências, foi possível identificar, de forma qualitativa, limitações relacionadas às condições de circulação no ambiente, organizadas em três aspectos principais: diferenças de pavimentação, rampas e pisos inclinados, e escadas e desníveis. Observou-se que variações de textura e irregularidades do piso impactam diretamente o deslocamento, enquanto rampas acentuadas exigem maior esforço e comprometem a estabilidade. No caso das escadas, a ausência de sinalização adequada, aliada à redução do campo visual, aumenta significativamente o risco de queda.

As entrevistas e o grupo focal evidenciaram que a equipe tem preocupação em promover um atendimento mais acessível aos visitantes, e, para tanto, funcionários recebem capacitações específicas, incluindo noções de Libras. No entanto, verificou-se que essas iniciativas ocorrem de forma pontual e dependem do esforço individual dos profissionais, não havendo uma política institucional sistematizada de capacitação voltada à acessibilidade. Também foi relatado que o projeto de reforma está em andamento e contempla adequações para ampliar a acessibilidade, demonstrando que o tema vem sendo incorporado ao planejamento futuro do espaço.

SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO (SCI)

A SCI constitui um requisito fundamental para a salvaguarda de edificações de valor histórico, cultural e arquitetônico, pois complementa as ações de preservação do patrimônio. Na Casa de Dona Yayá, foram implementadas as medidas mínimas de proteção exigidas pela legislação, como saídas de emergência, iluminação de emergência, sinalização de emergência e extintores, as quais foram analisadas neste estudo, considerando os requisitos estabelecidos pelo Decreto 69.118/2024 [13] e Instruções Técnicas [14] do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo. Adicionalmente, foram analisadas as medidas de acesso de viaturas e o afastamento entre edificações.

A avaliação da SCI permitiu identificar pontos passíveis de ajuste que, embora pareçam pouco relevantes, têm impacto significativo em situações de emergência. Observou-se a presença de obstáculos nas rotas de fuga e nas portas das saídas de emergência com travas e/ou com sentido de abertura oposto ao da rota de fuga, o que pode comprometer a evacuação segura dos ocupantes. Recomenda-se, portanto, eliminar os obstáculos, manter as portas de saída de emergência sem travas e verificar a possibilidade de sua inversão do sentido de abertura, para que coincida com a rota de fuga. Outro ponto que merece destaque é o portão de acesso à edificação e a via interna do lote, que não possuem dimensões suficientes para a aproximação da viatura do Corpo de Bombeiros às fachadas da edificação, dificultando o resgate e o combate ao fogo. Nesse caso, sugere-se comunicar essa limitação ao Corpo de Bombeiros, solicitar visitas periódicas para reconhecimento do local e instalação de hidrante urbano nas proximidades, caso não exista.

Entre os pontos positivos, a Casa de Dona Yayá dispõe de quatro saídas de emergência, o que favorece a evacuação dos ocupantes da edificação, além de atender à distância máxima a ser percorrida; quanto à separação entre edificações vizinhas, atende aos critérios mínimos estabelecidos pela legislação; e, por fim, existe um posto do Corpo de Bombeiros a 1,9 km da edificação.

Por se tratar de um edifício histórico e tombado, com restrições de intervenção e que sofreu adaptações de uso ao longo do tempo, é compreensível que algumas medidas de proteção e acessibilidade apresentem limitações de implementação. Contudo, os diagnósticos dessas limitações são fundamentais para a formulação de soluções alternativas e compensatórias que garantam a segurança do conjunto edificado, do acervo e de seus usuários.

A partir dos relatos coletados nas entrevistas e no grupo focal, observa-se que a SCI é uma preocupação reconhecida pela equipe. Foi relatada a existência de projeto de combate a incêndio em fase avançada, contemplando extintores, sinalização e luzes de emergência, porém ainda dependente de documentação complementar e vistoria do Corpo de Bombeiros. Verificou-se a ausência de plano de emergência, de brigadistas locais e de treinamentos recentes para a equipe. Também foram apontadas fragilidades específicas, como a localização do rack de dados no subsolo e o resfriamento por ventiladores comuns, o que reforça a necessidade de ações preventivas e de maior estruturação institucional das medidas de SCI.

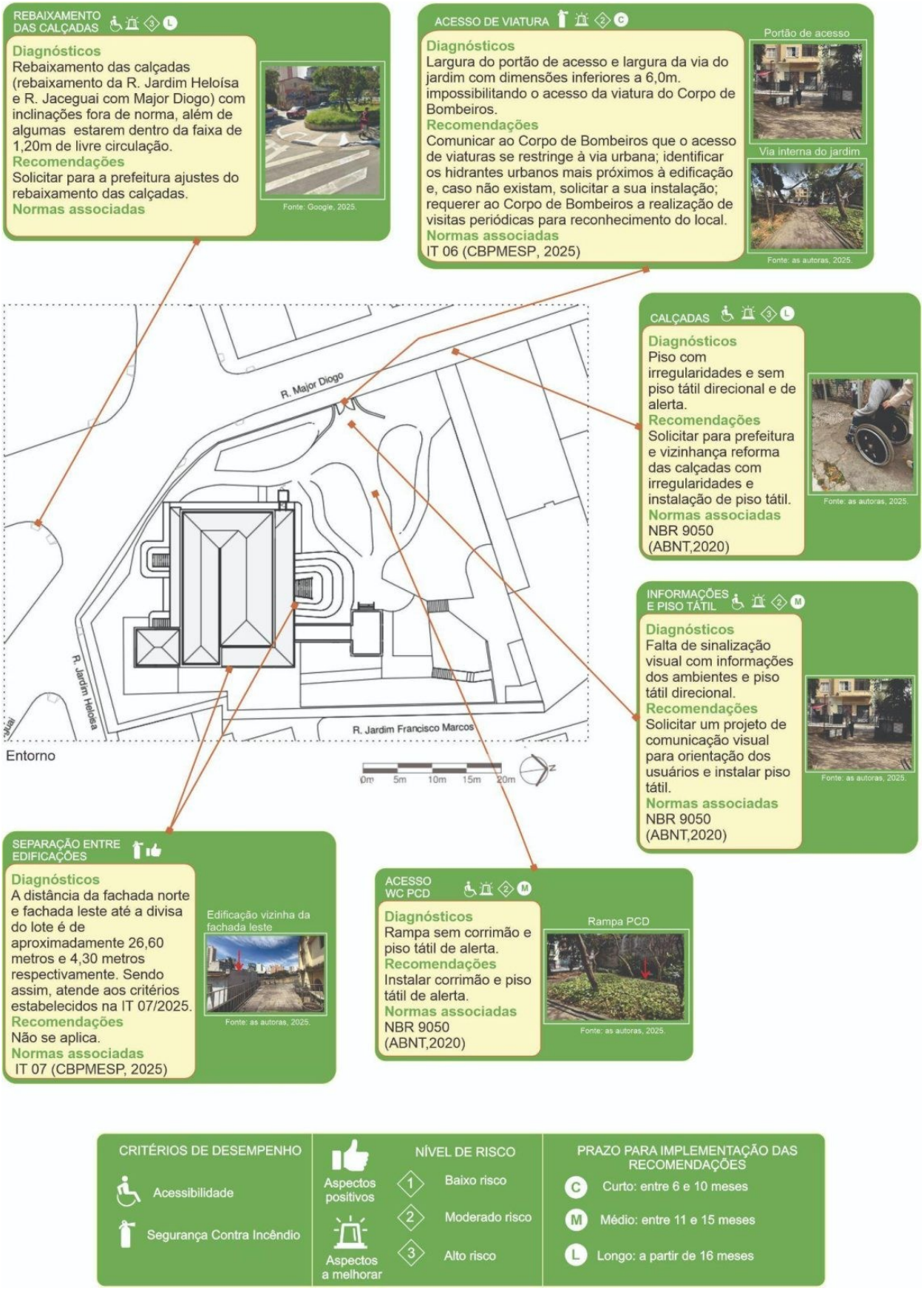
DOI: https://doi.org/10.46421/entac.v21i1.8618

MAPA DE DIAGNÓSTICOS E DE RECOMENDAÇÕES

A partir das análises, elaborou-se um quadro-síntese com o resumo dos diagnósticos produzidos pelos especialistas e pelos usuários, respectivas recomendações, nível de risco e prazo de implementação. Para indicar os principais achados da APO, adotou-se o mapa de diagnósticos e de recomendações. Eles organizam e integram informações sobre o desempenho da edificação e a percepção dos usuários, aspectos positivos e de melhoria, seus níveis de criticidade e as ações recomendadas, facilitando a compreensão do cenário geral da edificação [4]. Assim, os mapas podem ser utilizados para orientar decisões de projeto e gestão predial das equipes que administram o complexo. Abaixo, nas Figuras 6 a 8, apresentam-se os mapas de diagnóstico e de recomendações dos seguintes pavimentos da Casa de Dona Yayá: vizinhança urbana e espaços externos do complexo; térreo; e subsolo. Para cada ocorrência, identificaram-se o ambiente (com registro fotográfico) e o critério de desempenho avaliado (acessibilidade ou segurança contra incêndio). Além disso, o documento apresenta os diagnósticos, os níveis de risco (baixo, moderado ou alto), as recomendações e os prazos de implementação, classificados em curto (6 a 10 meses), médio (11 a 15 meses) ou longo prazo (acima de 16 meses), bem como a indicação das normas associadas a cada aspecto.

DOI: https://doi.org/10.46421/entac.v21i1.8618

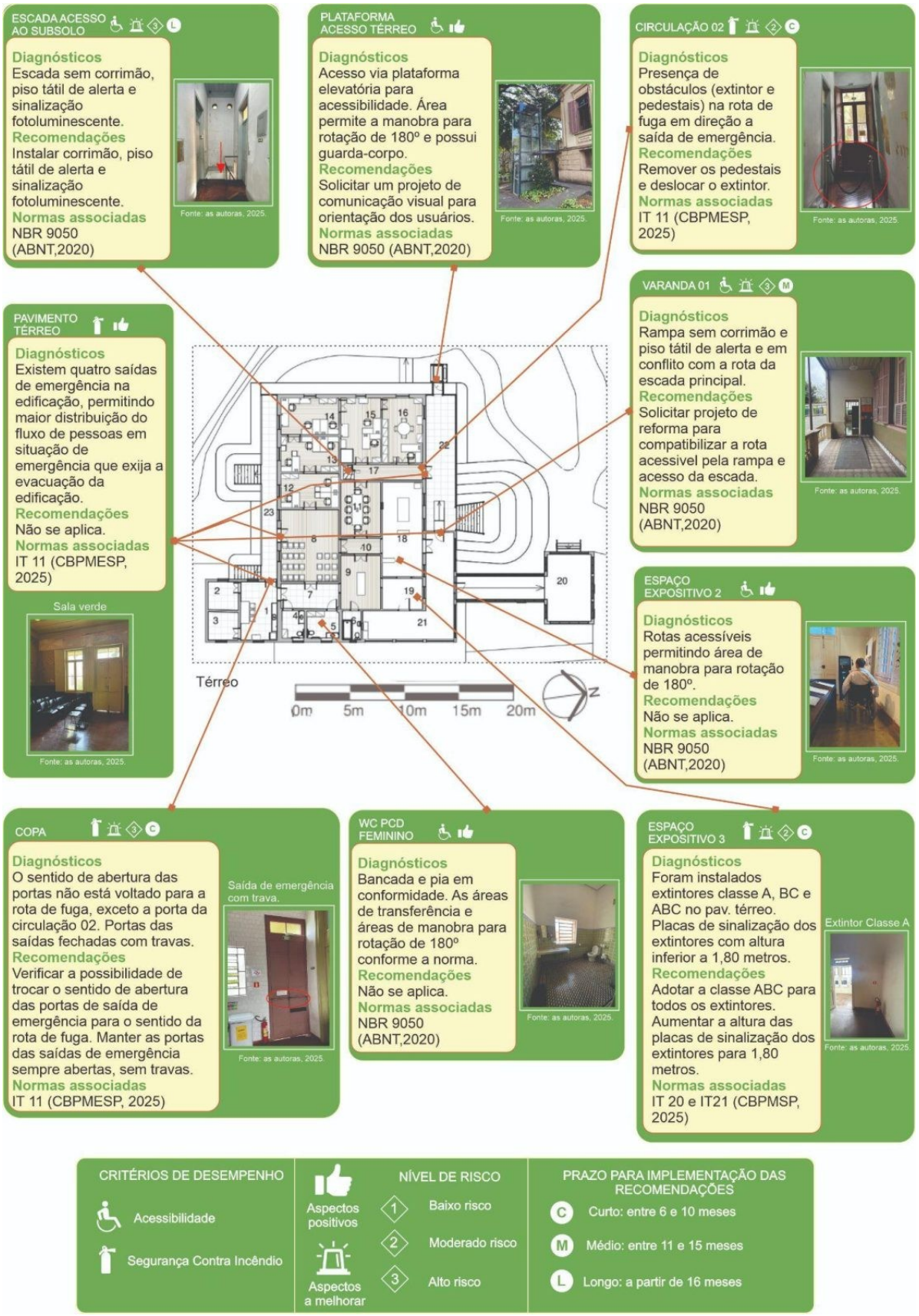
Figura 6: Mapa de diagnóstico e de recomendações (vizinhança urbana e espaços externos do complexo)



Fonte: as autoras.

DOI: https://doi.org/10.46421/entac.v21i1.8618

Figura 7: Mapa de diagnósticos e de recomendações (Térreo)



Fonte: as autoras.

DOI: https://doi.org/10.46421/entac.v21i1.8618

Figura 8: Mapa de diagnósticos e recomendações (Subsolo)



Fonte: as autoras.

DOI: https://doi.org/10.46421/entac.v21i1.8618

CONCLUSÃO

A aplicação da APO na Casa de Dona Yayá permitiu uma leitura integrada do edifício como patrimônio histórico em uso, articulando desempenho físico e experiência cotidiana dos usuários. Com base nos métodos e técnicas de levantamento de dados adotados, foi possível compreender como a edificação responde às demandas atuais de trabalho, visitação e atividades culturais. As análises feitas a partir dos referenciais normativos subsidiaram o diagnóstico ao verificar como o complexo responde às exigências de desempenho contemporâneo, considerando os limites de intervenção impostos pelo valor patrimonial.

Os resultados evidenciaram aspectos a serem aprimorados nos campos da acessibilidade e da SCI, revelando aspectos positivos e oportunidades de melhoria. A articulação entre a análise dos especialistas e as percepções dos usuários, sintetizada no quadro de diagnósticos e recomendações e nos mapas, reforça a importância de planejar intervenções considerando os níveis de risco e os prazos de implementação. Os relatos dos usuários, identificados em entrevistas e grupo focal, corroboram a análise dos especialistas quanto à necessidade de ampliar a acessibilidade física e comunicacional e à importância de ter um projeto de SCI eficiente, especialmente em um contexto em que já se preveem reformas e ajustes na infraestrutura. Nesse sentido, o presente trabalho contribui com subsídios para a gestão e a requalificação da Casa de Dona Yayá e apoia trabalhos futuros, com um caminho metodológico aplicável a outros bens culturais, com diferentes graus de proteção, usos e restrições físicas, de modo a auxiliar na identificação de barreiras de acesso, pontos críticos de circulação e evacuação e prioridades de intervenção compatíveis com a conservação do bem e com sua operação cotidiana.

Por fim, a pesquisa apresenta limitações decorrentes das características dos instrumentos utilizados pelos especialistas, como o kit de simulação de envelhecimento, que, embora tenha contribuído para identificar barreiras que passam despercebidas a usuários sem limitações, sua aplicação demanda familiarização prévia com os acessórios, já que a falta de treinamento pode distorcer percepções durante a vivência. Embora a APO tenha adotado uma abordagem multimétodos, essa lacuna indica pontos que podem ser explorados em avaliações futuras para aprimorar a compreensão geral do desempenho da Casa Dona Yayá.

AGRADECIMENTOS

As autoras Rosária Ono e Sheila Ornstein agradecem ao CNPq pelas bolsas de produtividade, respectivamente, nos processos nº 309153/2023-9 e nº 304131/2020-2. A autora Larissa Marreiros agradece o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

DECLARAÇÃO

Durante a preparação deste artigo, o primeiro autor utilizou a ferramenta ChatGPT-4 Plus para compilar as transcrições das entrevistas em um quadro. Após a utilização da ferramenta, os autores revisaram e editaram o conteúdo conforme necessário e assumem total responsabilidade pelo conteúdo do artigo publicado.

REFERÊNCIAS

[1] PREISER, Wolfgang F. E.; VISCHER, Jacqueline C. (ed.). Assessing Building Performance. Oxford: Elsevier, 2005.

[2] VISCHER, J. C. Post-occupancy evaluation: a multi-facetted tool for building improvement. In: **FEDERAL FACILITIES COUNCIL**. *Learning from our buildings: a state-of-the-practice summary of post-occupancy evaluation*. Washington, DC: National Academy Press, 2001.

[3] LOPES, Sofia e ORNSTEIN, Sheila Walbe. **O potencial da avaliação pós-ocupação (APO) para a preservação de ambientes museológicos localizados em edifícios antigos: o caso do Museu da Imigração**, SP. Revista Projetar, v. 3, n. 2, p. 67-79, 2018. Disponível em: http://www.revistaprojetar.ct.ufrn.br/index.php/revprojetar/article/viewFile/270/107. Acesso em: 21 nov. 2025.

[4] SOUZA, Raíssa Melo de; ORNSTEIN, Sheila Walbe. **Gestão de museus a partir da aplicação da Avaliação Pós-Ocupação: o caso do Museu Histórico e Cultural de Jundiaí**, São Paulo. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 28, p. e5, 2020. Disponível em: https://revistas.usp.br/anaismp/article/view/159856. Acesso em: 21 nov. 2025.

[5] BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 02 abr. 2026.

[6] COHEN, Regina; DUARTE, Cristian; BRASILEIRO, Alice. **Acessibilidade a museus. Brasília: Ministério da Cultura**; Instituto Brasileiro de Museus, 2012. (Cadernos Museológicos). Disponível em: https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cadernos-e-revistas/cadernos-museologicos-volume-2-acessibilidade-a-museus. Acesso em: 21 nov. 2025.

[7] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro, 2020.

[8] SÃO PAULO (Município). Prefeitura do município de São Paulo. **Lei nº 15.576, de 6 de junho de 2012.** Institui o Selo de Acessibilidade, e dá outras providências. São Paulo, 2012. Disponível em: https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-15576-de-6-de-junho-de-2012. Acesso em: 05 abr. de 2026.

[9] BBC. **Museu Nacional: Em 10 anos, fogo dizima ao menos 8 prédios com tesouros culturais e científicos do país.** 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45348664. Acesso em: 08 abril 2026.

[10] **REVISTA CPC**, São Paulo, v.1, n.1, p. 06-15, nov. 2005/ abr. 2006.

[11] CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL DA USP. **A Casa de Dona Yayá**. 1. ed. São Paulo: Edusp; Imesp, 1999. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/830039237/A-Casa-de-Dona-Yaya-Edusp-1999. Acesso em: 10 nov. 2025.

[12] LANNA, Ana Lúcia Duarte; PRATA, Juliana Mendes. **O CPC-USP e a Casa de Dona Yayá: questões de gestão de um patrimônio cultural**. Revista CPC, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 6-15, nov. 2005/abr. 2006. Disponível em: https://revistas.usp.br/cpc/issue/view/1216. Acesso em: 10 nov.2025.

[13] SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 69.118, de 4 de abril de 2024**. Dispõe sobre medidas de segurança contra incêndio e pânico e estabelece diretrizes para a atuação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo. São Paulo, 4 abr. 2024.Disponível em:https://cbaplang.corpodebombeiros.sp.gov.br/internetCB/#/LegislacaoConsulta. Acesso em: 20 out. de 2025.

[14] SÃO PAULO (Estado). Corpo de Bombeiros São Paulo. **Instruções Técnicas**. Acesso de viatura na edificação e áreas de risco. São Paulo, 2025. Disponível em:https://cbaplang.corpodebombeiros.sp.gov.br/internetCB/#/LegislacaoConsulta. Acesso em: 21 out. de 2025.